

# ESTUDOS DE HERÁLDICA MEDIEVAL

COORDENAÇÃO

**Miguel Metelo de Seixas**  
**Maria de Lurdes Rosa**

**A heráldica das elites dirigentes de Lisboa,  
sécs. XIII-XV**  
**Mário Farelo**



## A heráldica das elites dirigentes de Lisboa, sécs. XIII-XV

Mário Farelo

Dois recentes artigos vieram chamar a atenção para a existência de uma eventual particularidade heráldica das elites dirigentes de Lisboa no período tardo-medieval. Em primeiro lugar, António Castro Henriques e Tiago de Sousa Mendes reconheceram, na esteira do Marquês de Abrantes, a grande representatividade da banda na heráldica de famílias oriundas ou que se estabeleceram no espaço lisiponense a partir do século XIII<sup>1</sup>. Os autores propõem como explicação para essa «coerência» a partilha de elementos heráldicos presentes em aparatos marciais (flâmulas, lanças), os quais poderiam ter tido um reflexo identitário no pendão da hoste concelhia. Posteriormente, Miguel Metelo de Seixas e João Bernardo Galvão-Telles sublinharam de igual modo a importância da banda, desta feita enquanto família heráldica. Ainda que sem relação expressa e insistente com o espaço lisiponense, os respectivos autores insistiram sobre a importância das ligações genealógicas para a difusão de tais famílias e da associação entre elementos heráldicos e fações militares através dos exemplos específicos dos Ataídes e dos Azambujas<sup>2</sup>.

O amável convite para participar na presente colectânea surge como uma oportunidade para revisitar este tema, de forma a salientar alguns elementos de resposta sobre as eventuais singularidades heráldicas ostentadas pelas elites dirigentes de Lisboa entre os séculos XIII e XV. Para o efeito, procurou-se desde logo delimitar uma população-alvo que reunisse critérios de conhecimento sociológico e dotada de atestações heráldicas em número e qualidade suficientes para conferirem uma inteligibilidade aos resultados obtidos. Em termos metodológicos, a preferência recaiu em delimitar primeiramente o grupo em estudo, de forma a proceder

<sup>1</sup> HENRIQUES, António de Castro e MENDES, Tiago de Sousa, «Coerências Heráldicas nas famílias de Lisboa (séculos XIII e XIV)» in KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe e FONTES, João Luís, coords. *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 406-412.

<sup>2</sup> SEIXAS, Miguel Metelo de e GALVÃO-TELLES, João Bernardo, «Em redor das armas dos Ataídes: a problemática da “família heráldica” das bandas», *Armas & Troféus*, IX série, Janeiro-Dezembro 2008, pp. 53-95.

em seguida ao levantamento das informações heráldicas sobre cada um dos seus elementos, em vez de partir dos testemunhos heráldicos existentes para chegar aos indivíduos.

Em termos ideais, a população em estudo deveria corresponder a todos os «olisiponenses» que se fizeram reconhecer pela ostentação de elementos heráldicos no período em estudo. Este posicionamento levaria a considerar a referida população de forma mais globalizante, sobretudo que não é de todo aceitável nos dias de hoje pugnar que o emprego de tais elementos simbólicos de projecção constituía apanágio exclusivo da nobreza<sup>3</sup>. Com efeito, sabemos hoje que a utilização de elementos heráldicos não se encontrava vedada a uma determinada franja da população medieval – como lembra judiciosamente o jurista trecentista Bartolo de Sassoferrato no seu *Tractatus de insigniis et armis* – e que a sua efectivação passava em grande medida por opções de índole pessoal, apesar da sua posterior regulamentação por acção régia e pela influência ordenadora dos especialistas das Cortes europeias tardo-medievais<sup>4</sup>.

Essa autêntica «democratização» das insígnias heráldicas corresponderia a alargar o inquérito a todos os notáveis da cidade, ou seja, a recensar todos aqueles que se destacaram no seio da sociedade olisiponense medieval. Ora, como lembra o estudo de Thierry Dutour sobre os grupos dirigentes de Dijon<sup>5</sup>, essa opção é historiograficamente viável. Contudo, face aos objectivos aqui assumidos, a sua escolha revelar-se-ia incomportável, porquanto a população em estudo assumiria contornos demasiados extensos. Houve, pois, que restringir a população em estudo a uma fracção destes notáveis. Considerandos de natureza historiográfica e heurística

<sup>3</sup> Para além dos exemplos esfragísticos e tumulares existentes, a legislação régia portuguesa tardo-medieval mostra que a heráldica não-nobre era uma realidade, como testemunha a lei de D. Afonso V que proíbe o uso de metais nas armas de plebeus e que subordina à autorização régia a concessão de armas da antiga nobreza a família nobilitadas de recente data. BERNABÉ Y MARTÍN DE EUGENIO, Luís Valero, *Análisis de la características generales de la heráldica gentilicia española y de las singularidades heráldicas existentes entre los diversos territorios históricos hispanos*, Facultad de Historia – Universidad Complutense de Madrid, 2007, pp. 4. Tese de Doutoramento [Consul. 15 Set. 2011], Disponível em [www.<URL:http://eprints.ucm.es/7764/1/T30274.pdf>](http://eprints.ucm.es/7764/1/T30274.pdf) a partir de BORGES, José Guilherme Calvão, «A Armaria em Portugal e na Cultura Portuguesa» in *Actas del I Congreso Internacional de Emblemática General, Institución Fernando El Católico*, Zaragoza, Institución Fernando El Católico, 2004, pp. 983-1025. Sobre esta proibição ver TÁVORA, Luiz Gonzaga de Lencastre (Marquês de Abrantes e de Fontes), *Introdução ao estudo da Heráldica*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992, p. 41-42.

<sup>4</sup> Resulta assim percutante a analogia que Michel Pastoureau faz da utilização voluntária de elementos heráldicos como o actual emprego de cartões-de-visita, aos quais qualquer pessoa pode ter acesso, mas que nem todos utilizam (PASTOUREAU, Michel, *Une histoire symbolique du Moyen Âge occidental*, Paris, Édition du Seuil, 2004, pp. 392-393, nota 29). Salva-guarde-se, obviamente, os casos em que os indivíduos eram obrigados a usar determinados «sinais» decorrentes de injunções normativas estabelecidas por fundações de capelas e morgadios ou outras.

<sup>5</sup> Thierry DUTOIR, *Une société de l'honneur. Les notables et leur monde à Dijon à la fin du Moyen Âge*. Paris, Honoré Champion, 1998.

levou-nos a privilegiar aqueles que tiveram uma palavra a dizer nas estruturas governativas leigas da cidade – nomeadamente na instituição camarária e no serviço régio (de actuação central, regional e local) – e para as quais era possível tentar uma inserção sociológica substantiva. Para além do caso dos burocratas régios para os quais subsistem importantes estudos prosopográficos e de síntese<sup>6</sup>, os homens da governança camarária são actualmente os membros da camada dominante de Lisboa que melhor se encontram estudados do ponto de vista familiar e de inserção funcional para as centúrias de Trezentos e primeiro terço de Quatrocentos<sup>7</sup>. Para além disso, privilegiar estes dois grupos implicou igualmente recorrer de forma pontual à heráldica eclesiástica que se encontra presente em Lisboa<sup>8</sup>. Contudo, neste caso preciso, um estudo global com esta temática precisa apresenta por agora limitações importantes ao nível do conhecimento sociológico e funcional da sua hierarquia secular, sobretudo ao nível do seu corpo dirigente, consubstanciado no corpo (arqui)episcopal<sup>9</sup> e no seu corpo «auxiliar» formado pelos membros do

<sup>6</sup> O inventário exaustivo destes trabalhos encontra-se, por exemplo, no artigo de FREITAS, Judite A. Gonçalves de, «Les chemins de l'histoire du pouvoir dans le médiévisme portugais (ca. 1970-ca. 2000)» *Études & Travaux, Bulletin du Centre d'études médiévales*, 8 (2003-2004), pp.81-98 (pp. 9 da versão online [Consul. 14 Set. 2011], Disponível em [www.<URL:http://cem.revues.org/index927.html>](http://cem.revues.org/index927.html)).

<sup>7</sup> MARTINS, Miguel Gomes, «A família Palhavã (1253-1357). Elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval», *Revista Portuguesa de História*, t. XXXII (1997-1998), pp. 35-93; *id.*, «Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda», *Cadernos do Arquivo Municipal*, 3 (1999), pp. 10-60; *id.*, «Estêvão Vasques Filipe: O percurso de um guerreiro em finais de Trezentos», *Cadernos do Arquivo Municipal*, 5 (2001), pp. 10-47; *id.*, «Estêvão Cibrães e João Esteves: A família Pão e Água em Lisboa (1269-1342)», *Arqueologia e História*, 53 (2001), pp. 67-74; *id.*, «Os Alvernazes: Um percurso familiar e institucional entre finais de Duzentos e inícios de Quatrocentos», *Cadernos do Arquivo Municipal*, 6 (2002), pp. 10-43; *Id.*, «O concelho de Lisboa durante a Idade Média. Homens e organização municipal», *Cadernos do Arquivo Municipal*, 7 (2005), pp. 64-110; *id.*, «Para mais tarde regressar. Percursos na administração municipal de Lisboa» in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade...*, pp. 278-287; SILVEIRA, Ana Cláudia, «Entre Lisboa e Setúbal: os Palhavã» in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade...*, pp. 197-213; FARELO, Mário, «Ao serviço da Coroa no século XIV. O percurso de uma família de Lisboa, os “Nogueiras”» in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade...*, pp. 145-168; *ib.*, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. Tese de Doutoramento em História Medieval.

<sup>8</sup> Veja-se o conhecido inventário de TÁVORA, Luiz Gonzaga de Lencastre (Marquês de Abrantes e de Fontes), *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983. Uma análise estatística dos selos dos eclesiásticos aí referidos foi tentada recentemente por SANTOS, Marta Manuel Gomes dos, *Heráldica eclesiástica – Brasões de Armas de Bispos-Condes*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural [Consul. 10 Set 2011], Disponível em [www.<URL: http://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/15242>](http://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/15242).

<sup>9</sup> O episcopado olisiponense tardo-medieval carece de um estudo que substitua o ultrapassado catálogo seiscentista de D. Rodrigo da Cunha, o qual não entra no período arquiépiscopal (CUNHA, D. Rodrigo da, *História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa. Vida, e acções de sevs prelados & varões eminentes em santidade, que nella florecerão*, Lisboa, Manoel da Sylva, 1642). No entanto, pelo que nos é dado a perceber, os referidos prelados não parecem ostentar profícuas raízes olisiponenses durante a centúria de Trezentos, em parte porque o papado de Avinhão e alguns cardeais foram leitos em prover a cátedra de Lisboa com elementos das suas clientelas. Para além disso, os arcebispos olisiponenses da centúria seguinte permanecem demasiado desconhecidos nas respectivas biografias, como das suas acções pastorais, judiciais e administrativas. Não ignoramos, todavia, que o acesso à cátedra foi um objectivo prosseguido pelas famílias olisiponenses nobilitadas com o Mestre de Avis/



próprio cabido catedralício<sup>10</sup>. De igual modo, o estado da investigação não permite ainda um conhecimento efectivo do recrutamento das colegiadas da cidade durante o período aqui considerado<sup>11</sup>.

Do ponto de vista heurístico, a escolha das elites camarária e do oficialato régio olisiponense acaba por resultar como bastante plausível, uma vez que estas encontram-se registadas nos levantamentos actualmente existentes sobre material heráldico em suportes esfragísticos<sup>12</sup> e líticos<sup>13</sup>. Tais exemplos medievos têm a vantagem de permitir reconhecer armas que não se chegaram a fixar, assim como tornar possível uma comparação com os exemplos da heráldica das elites dominantes de Lisboa que se cristalizaram no armorial moderno português: do *Livro do Armeiro-mor* à *Sala dos Brasões de Sintra*<sup>14</sup>.

Para o efeito, centrámos a nossa atenção no processo de formação da elite camarária e dos seus eventuais efeitos sobre a heráldica associada à mesma. Esta perspectiva de análise forneceu assim o enquadramento cronológico para o estudo temático dos elementos heráldicos recolhidos, o qual dará corpo à segunda parte do presente trabalho.

### A formação da elite camarária de Lisboa e a heráldica

A sociologia das novas elites que emerge da tomada da cidade de Lisboa em 1147 organiza-se em torno dos diferentes grupos que participaram nessa acção

---

D. João I como atestam os arquipiscopados de D. João Esteves de Azambuja (1402-1415), de Diogo Álvares de Brito (1415-1422) e de D. Afonso Nogueira (1459-1464).

<sup>10</sup> FARELO, Mário, *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cónegos (1277-1377)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003. 3 vols. Dissertação de Mestrado em História Medieval.

<sup>11</sup> O desconhecimento que envolve ainda hoje as origens sociais dos membros das colegiadas da cidade não permite enveredar pelo seu estudo na óptica aqui privilegiada. Além de existirem poucas evidências heráldicas desses membros, os estudos institucionais e sociológicos sobre as colegiadas da cidade são ainda pouco numerosos, encontrando-se à disposição estudos somente para os casos de Santa Maria do Castelo e de Santo Estêvão de Alfama, respectivamente por MARTINS, Fernando, *A Colegiada de Santa Cruz do Castelo e a capela de D. Isabel de Sousa*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996. Dissertação de Mestrado em História Medieval e SERRA, Joaquim Bastos, *A colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa nos finais da Idade Média: os homens e a gestão da riqueza patrimonial*, Cascais, Patrimonia, 2003. Gonçalo Silva pretende concluir a sua dissertação de Mestrado sobre a colegiada de São Lourenço de Lisboa em 2012, a qual decorre na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa sob orientação de Amélia Aguiar Andrade.

<sup>12</sup> TÁVORA, L., *O Estudo da Sigilografia...*

<sup>13</sup> BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 3 vols; SOUSA, José Maria Cordeiro de, *Inscrições Portuguesas de Lisboa (Séculos XII a XIX)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940.

<sup>14</sup> A prática de elaboração de livros de armas em Portugal remonta ao reinado de D. João I, o qual teria ordenado a elaboração do *Livro antigo dos Reis d'Armas* destruído em 1755. Posteriormente, o rei D. Manuel I ordenou a elaboração do *Livro do armeiro-mor*, fonte primária do *Livro da Nobreza e perfeição das Armas* que serviu de base à ordenação da galeria de brasões existentes no Palácio nacional de Sintra. FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 2ª edição, vol. 1, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, pp. 7-23.

militar e da natural segregação social e espacial dos vencidos, agora remetidos para o exterior do espaço mais apetecido do intramuros<sup>15</sup>. Parece indiscutível que este processo de organização social do espaço olisiponense foi comandado por D. Afonso Henriques, ainda que este tenha tido certamente que lidar com as expectativas dos diferentes grupos em presença. A acção afonsina corporizou-se em diversos vectores. Por um lado, procurou criar zonas-tampão jurisdicionais à volta da cidade, através da reserva de espaços nos quais ele deteria o domínio específico, os reguengos<sup>16</sup>. Por outro lado, procurou dotar diversas instituições eclesiásticas com bens patrimoniais, tanto as que então se formavam na cidade, quanto as casas monásticas e regrantes já existentes na no espaço estremenho<sup>17</sup>. Uma terceira via de organização parece ter sido as doações efectivas ou as autorizações de património concedidas a particulares, fossem eles os cruzados que tinham ajudado à reconquista da cidade ou outros que o silêncio das fontes não permite conhecer em detalhe<sup>18</sup>.

Podemos pensar que uma tal ordenação e partilha do espaço entre «nacionais» e cruzados encontraram reflexo no recrutamento das instituições de poder que se iam estruturando, com maior ou menor rapidez, nos anos subsequentes à tomada da cidade em 1147. Mais do que a instituição camarária para a qual não dispomos de dados substantivos, um dos exemplos que assegura a viabilidade dessa hipótese é constituído pelo recrutamento do cabido da Sé de Lisboa no decurso na segunda metade do século XII. Com efeito, os poucos documentos conhecidos mostram que a instituição capitular é então local de inserção para cónegos oriundos da Inglaterra e do espaço germânico, assim como de diversas regiões do Portugal então cristianizado<sup>19</sup>. Bem entendido, esta organização com uma forte presença cruzadística

<sup>15</sup> AZEVEDO, Rui de, «Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores» in BAIÃO, António; CIDADE, Hernâni e MÚRIAS, Manuel, dirs. *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, Ática, 1937, pp. 53.

<sup>16</sup> A documentação existente sobre estes reguengos não é, contudo, anterior ao século XIII. AZEVEDO, Pedro de, «Os reguengos da Estremadura na 1ª Dinastia», *Revista da Universidade de Coimbra*, XI (1933), p. 577-634.

<sup>17</sup> Convém igualmente salientar que este engrandecimento patrimonial de bens em Lisboa passou igualmente por doações e compras a particulares, como se depreende dos casos dos mosteiros regrantes de S. Vicente de Lisboa e de Santa Cruz de Coimbra, como se constata dos dados publicados em SILVA, Carlos Guardado da, *O Mosteiro de S. Vicente de Fora. A comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*. Lisboa, Edições Colibri, 2002, pp. 87-89, 126, 130-131, 142-149 e LIMA, Jorge Hugo Pires de, «Propriedades de Santa Cruz de Coimbra em Lisboa no século XII», *Arquivo Histórico de Portugal*, IV (1939), pp. 340-348.

<sup>18</sup> Sendo conhecido com algum detalhe as duas primeiras, a falta de documentação entre as décadas 40 e 60 do século XII não permite detalhar sob que forma os cidadãos olisiponenses acabaram por adquirir propriedades a título individual, ainda que se possa intuir a partir de alguns dados que também neste caso se tratou de concessões régias ou concessões particulares com autorização de D. Afonso Henriques, como parece apontar os dados já recolhidos: BRANCO, Maria João, «A conquista de Lisboa revisitada», *Arqueologia Medieval*, 7 (2001), pp. 221-222; BOISSELLIER, Stéphane, «A sociedade rural da região lisboeta nas transacções do Mosteiro de S. Vicente de Lisboa (1147-1205)» in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade...*, Lisboa Livros Horizonte, 2007, pp. 93-111.

<sup>19</sup> BRANCO, M., «A conquista de Lisboa revisitada», pp. 224.

nas estruturas eclesiásticas de governo – do Cabido e da própria Sé, provida com um clérigo inglês Gilberto de Hastings – acabava por resultar de uma acção específica e traduzir, consequentemente, um elemento explicativo conjuntural. De facto, este grupo de cruzados acabou com o tempo por extinguir-se, dando origem, a partir dos finais do século XII, a elites de pendor maioritariamente «portuguesas». Neste sentido, é importante sublinhar que o *facies* deste novo grupo dirigente, como maior ou menor ligação ao espaço lisiponense, acaba por ser obrigado a compor-se com a nobreza tradicional associada a Afonso Henriques. Esta, consubstanciada nos Sosas, beneficia das solidariedades mantidas com o rei que lhe permite enraizar-se física e patrimonialmente nestes espaços meridionais, até que as dissensões com Afonso II provocam a sua desmobilização para outros espaços ibéricos no decurso da década de 1220<sup>20</sup>.

Não é de todo impossível que o final da Reconquista em meados do século XIII tenha fornecido a ocasião para uma redefinição dos grupos dirigentes da cidade. Por um lado, porque a cavalaria-vilã deixa de poder beneficiar da guerra como elemento de promoção económica e simbólica, forçando-a a insinuar-se na administração camarária que até então tinha ignorado e a confrontar-se com os membros de famílias nobres oriundas do Norte que, a partir desse período, tendem a fixar-se nos espaços estremenhos<sup>21</sup>. Esta nova atenção pelo espaço lisiponense torna igualmente as suas elites mercantis bastante apetecíveis, tanto mais que estas podem doravante capitalizar um novo poder «político» emanado na inovadora presença de representantes das oligarquias municipais nas Cortes (a partir de 1254) e no desenvolvimento do seu potencial económico pela sua crescente participação nos fluxos de comércio internacionais<sup>22</sup>. Nobreza, cavalaria-vilã e mercadores acabam por encontrar novos espaços de entendimento que consubstanciam-se agora em alianças matrimoniais hipergâmicas entre nobres e cavaleiros-vilão com as «boas donas de Lisboa», alianças essas que os *livros de linhagem* fazem questão em referir<sup>23</sup>.

É importante sublinhar que essa nova convivência encontra reflexo na instituição camarária, desde logo pela partilha dos mesmos espaços de poder e pelo

<sup>20</sup> *Ib.*, p. 231, nota 56; FARELO, Mário, «Direitos sobre o espaço e sobre os homens em Lisboa antes de D. Afonso III» entregue para publicação nas actas do Colóquio internacional *Inquirir na Idade Média: espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV)*. *Tributo a Luís Krus*.

<sup>21</sup> MATTOSO, José, «Os nobres nas cidades portuguesas da Idade Média» em *id.*, *Portugal Medieval – novas interpretações*, 2ª edição, Lisboa, IN-CM, 1992, pp. 286-287.

<sup>22</sup> CAETANO, Marcello, *As Cortes de Leiria de 1254*, 2ª edição, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004.

<sup>23</sup> *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, edição de José MATTOSO in *Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série*, volume II, Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

reconhecimento das preeminências de cada um destes grupos. O rei D. Dinis acabará por efectivar institucionalmente essa convivência, a partir do momento em que, por altura do final do século XIII, ele ordena *de iure* a partilha do acesso às magistraturas municipais entre a cavalaria-vilã e o corpo de cidadãos<sup>24</sup>.

A parcimónia das fontes existentes não permite caracterizar com suficiente precisão as influências que estas modificações exerceram sobre a promoção simbólica destas elites agora reconfiguradas. Contudo, cremos que as mesmas não terão deixado de propiciar o desenvolvimento de uma crescente identificação dos oligarcas com o espaço envolvente. Um indicador desta nova realidade pode encontrar-se no exercício de cargos camarários ou de serviço régio na cidade por parte de membros de grupos familiares que, significativamente, a partir de meados do século XIII, diferenciam-se na documentação pelo uso de apodos ou de nomes de família específicos. Ainda que o binómio *nome próprio-patronímico* permaneça a forma típica de designação dos oficiais camarários deste período, oligarcas doravante designados como Paião<sup>25</sup>, Alão<sup>26</sup>, Peixeiro<sup>27</sup>, Água Fria<sup>28</sup>, Lemos<sup>29</sup>, Bulhão<sup>30</sup>

<sup>24</sup> FARELO, M., *A oligarquia camarária...*, p. 48.

<sup>25</sup> Martinho Pais Paião foi alvazil de Lisboa em 1254 e 1262. Casado com Teresa Pais entre 1258-1281, encontra-se identificado como cidadão de Lisboa durante praticamente o mesmo período (1261 e 1281). Arquivo Nacional da Torre do Tombo [doravante ANTT], *Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, 1ª inc., m. 3, n. 30, 37; m. 4, n. 9; *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, fl. 57 e *Livro dos bens de D. João de Portel. Cartulário do século XIII*, publicação de Pedro A. de AZEVEDO, precedido de uma notícia histórica por Anselmo Braancamp FREIRE, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Portel, 2003, pp. 10-11, doc. 8; MARTINS, M., «Percursos na administração municipal...», p. 280.

<sup>26</sup> Soeiro Pais Alão encontra-se atestado no cargo de alvazil de Lisboa em 1267. Casado com Sancha Domingues é sobretudo conhecido por ter sido o progenitor de João Soares Alão, clérigo do rei, bispo de Silves e fundador do hospital de Sto. Eutrópio na freguesia de S. Bartolomeu de Lisboa. ANTT, *Colegiada de Sto. Estêvão de Alfama de Lisboa*, m. 15, n. 289.

<sup>27</sup> João Peres Peixeiro foi um dos alvazis da cidade em 1262. ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, 1ª inc., m. 3, n. 45.

<sup>28</sup> Martin Mendes de Água Fria foi um dos alvazis da cidade em 1281. ANTT, *Gaveta XII*, m. 8, n. 15 e *Leitura Nova. Livro 12º da Estremadura*, fl. 132.

<sup>29</sup> Sobre a presença dos Lemos no Concelho de Lisboa, veja-se FARELO, M., *A oligarquia camarária...*, pp. 420-423.

<sup>30</sup> Martinho Peres de Bulhões regista-se no concelho de Lisboa em 1261 e como alvazil deste último nos anos camarários de 1267-1268 e de 1270-1271. Dada a cronologia, o patronímico e o nome de família, reputamos que seja seu filho Pedro Martins Bulhões, o qual se identifica no concelho desde 1285, antes de assumir funções governativas na década seguinte (inquiridor pelo concelho em 1292, alvazil em 1295 e 1298). Foi igualmente enviado a Inglaterra em 1294, sendo registado como cidadão de Lisboa três anos mais tarde. Foi marido da conhecida Maria Eanes que fundou a capela de Sta. Margarida na igreja de S. Mamede de Lisboa e pai de Vicente Peres Bulhão, oficial régio no final do reinado dionisino. É provável que tenham sido igualmente filhos deste Martinho Peres o conhecido Domingos Martins Bulhão que foi enforcado a mando de D. Afonso III e cuja descendência ligou-se aos Raimundes Portocarreiro identificados em Lisboa no início do século XIV, para além do clérigo Vicente Martins Bulhão. ANTT, *Mosteiro de Chelas*, m. 89, n. 1; *Colegiada de Sto. Estêvão de Alfama de Lisboa*, m. 15, n. 289; *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fl. 99v; *Leitura Nova. Livro 2º de Direitos Reais*, fl. 131-132, 149v-150v; *Leitura Nova, Livro 2º de Direitos Reais*, fl. 149v-150v; FARELO, M., *A oligarquia camarária...*, pp. 608-609.



ou Rebolo<sup>31</sup> atestam esta individualização onomástica que marca, por essa altura, alguns dos grupos familiares da oligarquia camarária de Lisboa. É como se o nome simbolizasse o novo orgulho que estes homens atestam pelos cargos que agora beneficiam ao serviço do rei e da cidade e, em alguns casos, pelas alianças que alguns deles conseguem tecer com famílias reconhecidas pelas suas raízes nobiliárquicas, à semelhança de Rebolos ou Bulhões. Mas a identificação destas novas elites arreigadas à cidade não se limita à projecção funcional ou onomástica. Com efeito, o espaço proporcionado pelo novo claustro dionisino permitiu que alguns destes indivíduos fossem tumulados nas capelas que os próprios ou os seus familiares fundaram na Sé de Lisboa<sup>32</sup> ou em alguma das colegiadas da cidade<sup>33</sup>.

É, pois, neste contexto de afirmação multifacetada que alguns dos homens de poder da cidade dos meados do século XIII fazem-se representar na heráldica com a *banda*. Martinho Eanes, o irmão do chanceler afonsino Estêvão Eanes, então alcaide em Lisboa, é um desses casos que poderão ser eventualmente multiplicados<sup>34</sup>. Com o caso de Lourenço Peres, alvazil da cidade em finais do século XIII, temos a prova que a *banda* integra as escolhas heráldicas dos membros da oligarquia camarária olisiponense<sup>35</sup>. É certo que não dispomos de evidências físicas relativamente à composição heráldica que este último teria escolhido como forma de representação.

<sup>31</sup> Com Gil Rebolo atestado como alvazil de Lisboa de 1251, porventura o futuro deão de Lisboa Gil Martins Rebolo. Este último, além de ter beneficiado da intercessão de seu parente Pedro Juliães (*papa*), foi irmão de Vasco Martins Rebolo, cavaleiro e alvazil de Lisboa, filhos prováveis de um Martinho Peres Rebolo com interesses em Xabregas nas décadas de 1210 e 1220. Dada a semelhança de patronímicos, não é de todo inverosímil que este último se identifique com o Martinho Pais que o conde D. Pedro dá como o progenitor dos Rebolos. FARELO, M., *O Cabido da Sé...*, vol. I, p. 99; vol. II, pp. 60-61.

<sup>32</sup> Vários dos fundadores das capelas estabelecidas no novo claustro encontram-se ligados à actividade comercial e ao oficialato régio da cidade, como nos casos dos Lemos, dos Escolas, dos Rol ou dos Cogominhos (FARELO, M., *O Cabido da Sé...*, vol. I, p. 133-134). A temática das capelas funerárias na Sé de Lisboa constituiu tema de vários trabalhos, dos quais se destacam FIGUEIREDO, Ana Paula Valente, *O espólio artístico das Capelas da Sé de Lisboa. Abordagem cripto-histórica*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro; FERNANDES, Carla Varela, *Memórias de Pedra. Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa*, Lisboa, IPPAR, 2002; ROSA, Maria de Lurdes, «*As almas herdeiras*». *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, Paris-Lisboa, EHESS-Paris e Faculdade de Ciências Sociais e Humana da Universidade Nova de Lisboa, 2005. Dissertação de Doutoramento em História.

<sup>33</sup> Pensamos nomeadamente em Vicente Martins, alvazil em 1285, que elege sepultura na capela que o mesmo funda em S. Lourenço de Lisboa. BRANDÃO, Fr. Francisco, *Quinta Parte da Monarquia Lusitana*, 3ª edição, introdução de António da Silva RÊGO, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976, fl. 314-315.

<sup>34</sup> ANTT, *Mosteiro de Alcobaça*, 1ª inc., Documentos Particulares, m. 8, n. 3. A proposta desta multiplicação tem cabimento se aceitarmos que as matrizes sigilares de Egas Lourenço e de Gonçalo Pais, referidas pelo Marquês de Abrantes, possam data desse período, uma vez que o mesmo fornece um amplo arco para a sua cronologia (meados do séc. XIII a finais do séc. XIV para a primeira e séc. XIII a inícios do seguinte para a segunda). TÁVORA, L., *O Estudo da Sigilografia...*, pp. 102, 129.

<sup>35</sup> Lourenço Peres foi alvazil de Lisboa em 1291, 1293 e 1297, antes de ter sido escolhido como um dos almoxarifes da cidade, cargo no qual se atesta a sua presença entre 1300 e 1308. FARELO, M., «Ao serviço da Coroa...», p. 160, notas 30 e 31.

Contudo, o facto de um dos seus filhos atestar que os seus próprios «sinais» correspondiam ao do seu progenitor constitui um elemento de prova. Sabendo que este filho não é outro senão Mestre João das Leis, podemos assim descortinar em Lourenço Peres um dos ascendentes dos Nogueiras e retrair ao reinado dionisino a utilização da *banda* como elemento de identificação desde grupo familiar<sup>36</sup>.

Significativamente, estes indivíduos desaparecem dos elencos governativos da cidade a partir do início do século XIV. Seja pela falta de sucessão biológica, seja pelo redireccionamento que o rei faz das carreiras destes indivíduos em direcção ao seu oficialato na cidade, como aconteceu com o já referido Lourenço Peres, os nomes anteriormente familiares nas magistraturas concelhias são agora substituídos por outros elementos da cavalaria-vilã como João Fernandes, Martinho Eanes Alburrique, Martim de Oliveira ou por outras famílias cidadãs que ligam o seu nome ao serviço camarário: Alvernazes, Pão e Água, Escacho, Picanço ou mesmo Filipe<sup>37</sup>.

Assim, a oligarquia camarária de Lisboa que se projecta no início do reinado de D. Afonso IV torna-se dicotómica. Por um lado, ela é composta por antigos membros da elite concelhia que beneficiam de um acesso privilegiado ao rei. Reconhecidos pela privença do monarca, pela ligação privilegiada a determinados espaços da cidade, pela *banda* que ostentam nos seus selos, membros de grupos como os Nogueira subordinam a importância da inserção camarária ao serviço próximo do monarca e ao investimento na formação letrada. Este aparente desinteresse pela entidade camarária permite que as famílias emergentes desde o início do século ganhem experiência governativa e se tornem mais preeminentes no seio do concelho: primeiro os Pão e Água, depois os Palhavãs e Alvernazes<sup>38</sup>. É provável que esta consolidação não deixou de ter a conivência da elite acima referida, expressa, por exemplo, nas alianças tecidas entre os Nogueiras e os Palhavãs ou mesmo no eclipse dos Alvernazes dos governos camarários a partir do reinado de D. Pedro<sup>39</sup>. Mesmo que assim seja, parece claro que estas novas elites não se encontram demasiado agarradas a estas ligações. A pertença às instituições de poder granjeou em favor destas famílias uma notoriedade que não passará por essas relações de solidariedade, mas sim pela formação de uma identidade própria. Poderá ser esta uma leitura para o facto de, na medida em

<sup>36</sup> A indicação da utilização por João Peres/Mestre João das Leis dos «sinais» paternos consta do seu último testamento. ANTT, *Arquivo do Hospital de S. José*, livro 62, fl. 53v (documento de 1383).

<sup>37</sup> FARELO, M., *A oligarquia camarária...*, pp. 494-495, 577, 589-590, 327-338, 571-578, 460-461, 489-493, 531, 660-661.

<sup>38</sup> Além dos estudos específicos sobre cada uma destas famílias já referenciados (nota nº 8), veja-se MARTINS, M., «O concelho de Lisboa...», p. 108.

<sup>39</sup> *Ib.*, pp. 108-110 e FARELO, M., «Ao serviço da Coroa...», pp. 147-148.

que ela é conhecida, a heráldica destes grupos não seguir a tradicional ligação ao elemento heráldico *banda*, antes pretender distinguir-se desta última, celebrando as suas raízes através da adopção de elementos heráldicos falantes, como no caso de Martinho Eanes ou nos exemplos de Palhavã e dos Alvernazes representados respectivamente por molhos de palha e por carrapateiro. Mais do que meramente representar origens sociais plebeias, estes elementos promovem a individualidade daqueles que conseguiram guindar-se ao cume do poder camarário.

Bem entendido, a conflitualidade entre D. Afonso IV e o infante D. Pedro não deixou de afectar a sociologia do poder no seio da instituição municipal. Aliás, não é por acaso que o arquivo camarário possui ainda hoje a importante acta das pazes feitas entre os dois em 1355<sup>40</sup>. Em termos concretos, a eclosão e consolidação da acção dos vereadores nos governos camarários a partir da década de 1330-1340 acaba por desestruturar a organização das forças dentro da instituição, via a criação de um novo grupo com capacidade de decisão que se distingue do tradicional corpo de magistrados. Para além deste facto, o novo reinado de D. Pedro tem o condão de reorganização os grupos de pressão na cidade. Os Nogueiras afonsinos, arredados do poder, dão lugar aos Coruches/Privados petrinos: a *banda* solitária dos primeiros multiplica-se nas *bandas* dos segundos. Ao mesmo tempo, a elite camarária abre-se a outras famílias<sup>41</sup>.

Por altura do reinado fernandino, a oligarquia camarária já não se confunde com as elites de poder da urbe. Os «bons da cidade» não são mais aqueles que servem nos tribunais camarários ou que se reúnem no espaço fechado da vereação. Os mais poderosos são aqueles que, como os Nogueiras, tinham-se notabilizado desde os reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV no serviço régio e tinham reproduzido-se de forma endogâmica tendo por fio condutor a pertença ao Desembargo régio. São estes que D. Fernando e D. Leonor procurarão agregar em laços de dependência como tão bem salientou Fernão Lopes na sua *Crónica de D. Fernando*<sup>42</sup>. O serviço do monarca nas guerras com Castela fornecerá a oportunidade para a futura nobilitação<sup>43</sup> e

<sup>40</sup> Estudada e transcrita em LOUREIRO, Sara, «O conflito entre D. Afonso IV e o infante D. Pedro», *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa*, 7 (2004), p. 8-62.

<sup>41</sup> FARELO, M., *A oligarquia camarária...*, p. 261.

<sup>42</sup> AMADO, Teresa, «Contexto europeu da Lisboa de Fernão Lopes» in *A Nova Lisboa Medieval. Actas do I Encontro*, Lisboa, Edições Colibri, 2005, p. 99; Miguel Gomes MARTINS, *A Vitória do Quarto Cavaleiro. O Cerco de Lisboa de 1384*, Lisboa, Prefácio, 2006 p. 17-18, nota 10.

<sup>43</sup> Com efeito, a participação em batalhas como argumento legitimador para a nobilitação encontra-se em várias cartas de armas concedidas por D. Afonso V. Por exemplo, esse constitui uma das justificações para as cartas passadas em 1471 em favor de Lopo Esteves, cavaleiro régio, morador na vila de Olivença e de Álvaro Afonso Frade, escudeiro e vassalo régio. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 14-14v.

D. João I fará de muitos deles os seus mais próximos apaniguados.

Esta «nova nobreza» que emerge assim do Interregno e do alçamento do Mestre de Avis provoca uma profunda alteração da referida oligarquia. A nobilitação de muitos destes «bons fernandinos» permite que o escopo da sua actuação se alargue a todo o reino, insinuando-se nos cargos áulicos mais importantes, no acesso aos cargos mais importantes de representação régia na cidade como eram as alcaidarias e no arquipiscopado. A oligarquia aristocratiza-se. A este novo grupo abre-se a média nobreza, o que irá permitir estabelecer casamentos e alianças com maiores dividendos simbólicos<sup>44</sup>. Como resultante de toda esta nova projecção, a heráldica destes novos nobres acaba por encontrar lugar nos nobiliários e cristalizar-se. Ao mesmo tempo, as elites da cidade também elas reconfiguram-se em funções das alterações. As possibilidades de promoção social geradas com a mudança dinástica beneficiaram sobremaneira um grupo no seu essencial de matriz urbana, dotado de interpenetrados campos primordiais de actuação: elementos próximos do Mestre de Avis, mercados com responsabilidades no funcionalismo fiscal municipal e central, letrados com posterior inserção no círculo restrito do aconselhamento do monarca e na hierarquia eclesiástica<sup>45</sup>. De que forma este novo recrutamento altera ou não os elementos heráldicos atrás sublinhados, é o que veremos de seguida.

### A «coerência» e a «consistência» heráldicas olisiponenses

É notório que a heráldica serve como um importante referencial simbólico, consubstanciando-se em elementos tão variados como as linhagens, a onomástica ou as marcas de propriedade em objectos de valor (armamento militar<sup>46</sup>, alfaia litúrgicas<sup>47</sup> ou vestuário<sup>48</sup>).

Contudo, esta serve também de identificador social, destinando-se a significar a

<sup>44</sup> CUNHA, Mafalda Soares da, «A nobreza portuguesa no início do século XV: renovação e continuidade», *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, 2 (1996), p. 235.

<sup>45</sup> GOMES, Rita Costa, *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, pp. 104-151.

<sup>46</sup> Em termos de armamento militar, podemos pensar das espadas armoriadas, como a representação que Lopo Fernandes Pacheco ostenta no seu jacente na Sé de Lisboa ou a espada deixada por Rui Garcia do Casal aos dominicanos de Santarém, em meados do século XIV, a qual era banhada a prata e tinha os seus «sinais» (SEIXAS, Miguel Metelo de, «A heráldica dos Pachecos na Capela de São Cosme e São Damião no Deambulatório da Sé de Lisboa», *Olisipo: boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, série 2, 17 (Julho-Dezembro 2002), p. 73-75; ANTT, *Ordem dos Pregadores. Convento de S. Domingos de Santarém*, 1ª inc., m. 4, n. 18, 27.

<sup>47</sup> Como no caso dos paramentos funerários armoriados com a cruz flordelisada dos Pereira pertencentes ao arcebispo D. Gonçalo Pereira, descobertos aquando da abertura do seu túmulo. ALARCÃO, Teresa, «L'Ornement funèbre de D. Gonçalo Pereira Archevêque de Braga», *Archaeological Textiles Newsletter*, 39 (Autumn 2004), pp. 15-20 [devemos a Miguel Metelo de Seixas o acesso a este trabalho, a quem agradecemos publicamente].

<sup>48</sup> SEIXAS, Miguel Metelo de, «Contributo para o estudo do sistema de diferenças da Casa Real Portuguesa: os botões esmaltados armoriados da cruz processional de Santo André de Mafra», *Tabardo*, 3 (2006), pp. 33ss.

importância que cada indivíduo concedia em determinado momento aos diferentes grupos reconhecidos socialmente a que pertencia. Para Joseph Morsel, os elementos heráldicos representam sobretudo uma escolha, fazendo das armas um indicador «d'appartenances sociales»<sup>49</sup>. Este facto ajuda a justificar a razão pela qual torna-se impossível qualquer veleidade em querer descortinar, nos poucos exemplos recolhidos, a existência de uma heráldica específica dos homens da Câmara. Em termos metodológicos, não é certo que os oligarcas que surgem com responsabilidades governativas na instituição municipal entre os séculos XIII e XV fossem detentores da heráldica que foi posteriormente fixada nos séculos seguintes. De igual modo, mesmo se fosse viável proceder a uma tal identificação, dificilmente poder-se-ia estabelecer a sua raiz ou colocar os pressupostos da sua elaboração na inserção municipal, sobretudo que muitas destas famílias desenvolvem inserções paralelas com muito maior «visibilidade» junto do rei. Desta forma, torna-se sobretudo importante sublinhar quais as lógicas heráldicas que são possíveis de detectar nas diversas famílias com inserção camarária no referido período e que viram as suas «cores» fixadas nos armoriais quinhentistas.

### ***Os elementos animanistas***

Sem salientar desde já o papel fundamental da *banda*, assunto ao qual voltaremos, é importante sublinhar que a heráldica animal presente do corpo em estudo reduz-se praticamente à representação da *águia* e do *leão*. Relativamente à primeira, esta encontra-se representada no concelho através dos Carregueiros e dos Azevedo, ainda que não se possa aferir com certeza que os oligarcas pertencentes a estas famílias no século XIV se identificaram na altura com o esquartelado que vai ser fixado para os Carregueiros ou com a águia de negro dos Azevedos<sup>50</sup>. Certo é que esse elemento heráldico ganha projecção na Lisboa de Quatrocentos com os Aguiares, os Gorizos e os Grãos, que adoptam águias de vermelho, enquanto os Veigas invertem a lógica e preferem uma representação com uma águia de ouro. Será porventura difícil não ver nestas semelhanças heráldicas raízes ou alianças familiares, sobretudo que estas encontram-se atestadas para os Aguiares e os Gorizos desde a primeira metade do século XV, a partir da ligação fraternal entre o célebre

<sup>49</sup> MORSEL, Joseph, *L'aristocratie médiévale. La domination sociale en Occident (V<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle)*, Paris, Armand Colin, 2004, pp. 127-128.

<sup>50</sup> Carregueiros cujas armas fixaram-se da seguinte forma: *Esquartelado: o I e IV de verde, águia de ouro, armada e linguada de vermelho; o II e III de vermelho, flor-de-lis de ouro*. FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Armaria Portuguesa*, s.l., s.n., s.d., 1908, p. 118.



abade de Alcobaça D. Estêvão de Aguiar e o cavaleiro João Afonso Gorizo<sup>51</sup>. De igual modo, estas formas «puras» puderam conjugar-se em alguns casos com a associação a outros elementos heráldicos como a *banda* (no caso dos Almadás<sup>52</sup>) ou a *torre* (com os Jácomes<sup>53</sup>). É claro que a procura de uma lógica explicativa para a presente casuísta torna-se um esforço inglório dado o desconhecimento que paira sobre o simbolismo da *águia*. No entanto, é provável que para a realidade portuguesa, o seu uso não tenha raízes políticas como aquelas que os especialistas estrangeiros normalmente associam às lutas entre o Papa e o Império<sup>54</sup>. Segundo Artur Norton, seria mais plausível ver nesta ligação heráldica o peso da associação aos reis de Leão que teria sido carreada através dos Maias<sup>55</sup>, a qual, bem entendido, não é possível aferir no caso vertente.

No que respeita ao elemento heráldico *leão*, a sua pouca representatividade no *corpus* em análise alinha-se com a parcimónia da presença na heráldica medieval portuguesa<sup>56</sup>. No entanto, esta presença é curiosa, na medida em que as quatro famílias atestadas com esta simbologia optaram pelo metal *ouro* para representar o leão, ainda que em todas elas o referido elemento surja associado a outros como a *flor-de-lis* (Borges), a *torre e serpe* (Serpa), a *banda* (numa variante das armas dos Colaços) ou a *faixa* (Valentes)<sup>57</sup>. À semelhança do caso anterior, não é possível aferir as ligações sanguíneas ou de aliança que puderam existir entre elas. No entanto, o caso dos Valentes foi posteriormente conotado com a associação entre a figura leonina e a bravura. Com efeito, Duarte Nunes de Leão evoca na sua *Crónica de D. Afonso Henriques* que a origem desta família viria da proeminente acção militar durante a batalha de Ourique<sup>58</sup>. Esta acepção não resiste à crítica, visto que o grupo familiar só começa a identificar-se com esse apodo no início do século XIV com Afonso Peres Valente, filho do cavaleiro olisiponense Abril Peres<sup>59</sup>, sendo com o seu neto Martinho Afonso Valente que dispomos da primeira representação heráldica da

<sup>51</sup> ANTT, *Mosteiro de Alcobaça*, 2ª inc., m. 67, n. 21; m. 65, n. 16. Refira-se que se conserva um selo heráldico do referido abade, no qual se encontra representada uma águia, o que vem confirmar a fixação do *Livro do Armeiro-mor*. ANTT, *Arquivos Particulares. Arquivo da Casa dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira*, cx. 1, nº 15a (documento de 1442).

<sup>52</sup> *De oiro, banda de azul carregada de duas cruces floridas do campo e vazias da banda, e esta acompanhada de duas águias de vermelho, armadas e membradas de negro*. FREIRE, A., *Armario Portuguesa*, p. 17.

<sup>53</sup> *Partido: o I de azul, torre de prata; o II de oiro, águia volvida de negro, movente da partição*. *Ib.*, p. 247.

<sup>54</sup> NORTON, Manuel Artur, *A heráldica em Portugal*, Lisboa, Dislivro histórica, 2004-2006, vol. I, p. 107.

<sup>55</sup> *Ib.*, pp. 107, 110.

<sup>56</sup> *Ib.*, pp. 109.

<sup>57</sup> FREIRE, A., *Armario Portuguesa*, p. 79, 147, 469, 520.

<sup>58</sup> Veja-se *infra*.

<sup>59</sup> *O Livro das Lezírias d'El Rei Dom Dinis*, transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de SÁ NOGUEIRA, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, p. 153.

família, efectivamente composta por uma figura leonina<sup>60</sup>.

### **A «coerência» e a «consistência» da banda**

Mas é sem dúvida o elemento heráldico *banda* que se destaca no presente inventário. Este surge como o tema central em pelo menos sete brasões de famílias que beneficiaram de uma projecção institucional na cidade, ainda que nem sempre no concelho. Um primeiro grupo de testemunhos remete para uma multiplicação de *bandas de vermelho*: quatro no caso dos Azambuja, dos Privados e dos Botelhos e três nos Feios<sup>61</sup>. Miguel Metelo de Seixas e João Bernardo Galvão-Telles explicaram exemplarmente tais identidade com as ligações familiares entre eles no âmbito de uma família heráldica, ainda que não fosse possível documentar as interligações com a heráldica semelhante dos Ataídes<sup>62</sup>. Pouco podemos acrescentar sobre o assunto, a não ser que talvez seja as bandas dos Privados a darem origem às dos Azambujas, uma vez que estas últimas assumem conotações falantes por altura da segunda metade do século XIII<sup>63</sup>. Por outro lado, a *banda* encontra-se sob a forma enxaquetada e carregada de uma cotica no caso dos Nogueiras e dos Quintais<sup>64</sup>. Sem que saibamos a origem desta identidade, sabemos que a *banda* dos Nogueiras surge bastante precocemente, uma vez que ela é aferida desde o início do século XIV simultaneamente nos diferentes ramos oriundos dos avós de Mestre Pedro, os quais originaram os ramos posteriormente conhecidos como dos Nogueiras e dos Vivas<sup>65</sup>.

<sup>60</sup> FARELO, M., *A oligarquia camarária...*, p. 346. O Marquês de Abrantes estranhou que o selo de Martinho Afonso ostentasse semelhanças com exemplos sigilográficos utilizados por clérigos. Ora, com efeito, sabemos que Martinho Afonso beneficiou de uma importante carreira eclesiástica como cônego da Guarda e de Coimbra, a qual foi sem dúvida orientada pela ação do seu tio, o bispo Lourenço Martins de Barbudo/Lourenço Rodrigues, bispo de Guarda, de Coimbra e por fim de Lisboa. Sobre esta questão, confira-se TÁVORA, D. Luís Gonzaga de Lancastre e (Marquês de Abrantes e de Fontes), «A Heráldica da Casa de Abrantes. III. Valentes e Castelo-Brancos», *Armas & Troféus*, 2ª Série, X (1969), p. 236-237 e FARELO, M., *A oligarquia camarária...*, p. 348.

<sup>61</sup> Os Botelhos encontram-se representados no Concelho em meados do século XIV através do bacharel em Leis e cidadão Lourenço Martins Botelho, enquanto Diogo Feio surge como juiz da cidade no início do século XV. Este, como sabemos, é irmão de Fernão Feio, alcaide-pequeno da cidade durante muitos anos e casado com Leonor Gonçalves de Gorizo. FARELO, M., *A oligarquia camarária...*, p. 387, 559.

<sup>62</sup> SEIXAS, M. e GALVÃO-TELLES, J., «Em redor das armas dos Ataídes...».

<sup>63</sup> O alcaide de Azambuja Rodrigo Fernandes valida uma doação em 1270 ao Mosteiro de Alcobaça com o seu selo heráldico, no qual se encontra representado um azambujeiro. ANTT, *Mosteiro de Alcobaça*, 1ª inc., Documentos Particulares, m. 12, n. 11 e *Livro 3º dos Dourados*, fl. 167v-168. Esta evidência obriga a que não se possa considerar sem mais que os Azambujas descendam deste grupo de alcaides. Com efeitos, outras hipóteses podem ser propostas, como o facto da ligação do grupo familiar a Azambuja provir de uma implantação geográfica sem necessariamente estar relacionada com o grupo de alcaides ducentistas da referida vila.

<sup>64</sup> FREIRE, A., *Armaria Portuguesa*, p. 354, 415.

<sup>65</sup> Os «Nogueiras» beneficiam de uma inserção camarária desde o final do século XIII com o alvazil Lourenço Peres, enquanto o seu primo João Vivas encontra-se atestado no funcionalismo camarário de Lisboa a partir do final do reinado dionisino. Relativamente às evidências heráldicas, o irmão deste último, Miguel Vivas, o primeiro chanceler de D. Afonso IV, sela o testamento do seu primo Lourenço Peres [Júnior], filho do já referido alvazil homónimo, «com hũu seu seelo fecto com escudo de bandas através» IAN/TT, *Arquivo da Casa*

Desconhecemos, no entanto, se o caso dos Quintais constitui mais um exemplo de «heráldica familiar», na medida em que não conseguimos documentar qualquer relação familiar entre as partes<sup>66</sup>.

Como para os motivos animalistas evidenciados anteriormente, também a *banda* ilustra bem a outra grande característica da heráldica lisiponense, a saber, o seu emprego com outros elementos. Surgem assim associações a *pinheiros e leões* (variante das armas dos Colaços)<sup>67</sup>, a *águias* (Almadas)<sup>68</sup> e a *vieiras* (Rêgos)<sup>69</sup>. No entanto, o elemento mais usual neste capítulo são as *flores-de-lis* presentes nas armas dos Ornelas (através da representação heráldica do abade de Alcobaça D. João de Ornelas)<sup>70</sup>, dos Guardas<sup>71</sup>, dos Pessanhas e dos Caldeiras<sup>72</sup>. Duas características devem ser sublinhadas destes exemplos específicos. Por um lado, a *banda* parece revestir um elemento de diferenciação para os genoveses Pessanha que se estabelecem em Lisboa. Com efeito, segundo Anselmo Braamcamp Freire, as armas familiares dos Pessagno de Génova, local de onde os primeiros são oriundos, ostentam armas *de oiro, três faixas columbrinas de azul acompanhadas em chefe de cinco flores-de-lis do*

---

*dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira*, cx. 1, nº 19 ([Antes de 1325, Set. 15, Arronches] em traslado de 1335, Nov. 13, Lisboa). A referência de que o alvazil Lourenço Peres Sénior utilizava a heráldica depois associada aos Nogueiras colhe-se da menção contida no testamento de um dos seus filhos Mestre João das Leis, como referimos anteriormente. Estes dados justificam e explicam que a banda dos «Nogueiras» esteja representada no túmulo na Sé de Lisboa pertencente a Lourenço Eanes, sobrinho do referido Miguel Vivas e homem do deão de Lisboa. Sobre esta questão, veja-se FARELO, Mário, «Os morgadios dos Nogueiras: entre a medieval estratégia de poder e a moderna lógica documental» entregue para publicação nas actas do *Colóquio internacional Arquivos de família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?* organizado pelo IEM e CHAM em Lisboa (Arquivo Nacional Torre do Tombo-FCSH) coordenado por Maria de Lurdes Rosa.

<sup>66</sup> Já o caso dos Quintais remete para o século XV, quando Lopo Afonso do Quintal é identificado como juiz do cível em 1408-1409. Este último foi progenitor de Pedro Lopes do Quintal, o qual foi casado com Leonor de Tovar, irmã de Fernão Rodrigues de Tovar. FARELO, M., *A oligarquia camarária...*, pp. 536-537.

<sup>67</sup> FREIRE, A., *Armária Portuguesa*, p. 147. Os Colaços registam-se no concelho através de João Colação, vereador nas décadas de 1350-1370 e oficial régio da cidade pela mesma altura. FARELO, M., *A oligarquia camarária...*, pp. 316-320.

<sup>68</sup> FREIRE, A., *Armária Portuguesa*, p. 17. A inserção camarária dos Almadas na oligarquia camarária corporiza-se na acção dos conhecidos Vasco Lourenço de Almada como vereador em 1365-1366 e procurador do Concelho algures entre 1381 e 1383 e do seu filho Antão Vasques, o conhecido alcaide de Lisboa que foi alvazil do crime em 1383-1384. FARELO, M., *A oligarquia camarária...*, pp. 368-372, 663-666.

<sup>69</sup> FREIRE, A., *Armária Portuguesa*, p. 423. Na pessoa de Lourenço do Rêgo, almotacé e juiz dos órfãos na década de 1420, embora se ache anteriormente outros Rêgos associados a Lisboa e a Leonor Rodrigues da Pedra Alçada, casada com o chanceler joanino Lourenço Eanes Fogaça. FARELO, M., *A oligarquia camarária...*, pp. 394, 561.

<sup>70</sup> TÁVORA, L., *O Estudo da Sigilografia...*, pp. 295-296.

<sup>71</sup> A inserção camarária deste grupo remete quase de certeza para um filho do conhecido Estêvão da Guarda, de nome Diogo Esteves/Diogo da Guarda, alvazil-geral em 1350-1351. FARELO, M., *A oligarquia camarária...*, p. 380-386.

<sup>72</sup> Embora haja diversos Caldeiras em Lisboa no século XV, o único que detectámos no Concelho foi Lourenço Eanes Caldeira, juiz do cível em 1424-1425 e 1432-1433. Contudo, o mais conhecido deste grupo é, sem dúvida Gonçalo Caldeira, oficial régio de D. João I. Sobre este último veja-se LIMA, João Paulo Abreu e SANTOS, Maria Alice Pereira dos SANTOS, «Quem foi Gonçalo Caldeira – testemunhos para uma análise de funções políticas na corte portuguesa Quatrocentista – De D. João I a D. Afonso V», *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, I Série, 2 (2003), pp. 335-346.

*mesmo*<sup>73</sup>. Enquanto as flores-de-lis poderiam representar o elemento de ligação entre ambas, não é inverosímil que a banda funcione aqui como elemento identificador com o ramo «olisiponense» da família.

Esta associação entre a *banda* e as elites urbanas da Lisboa medieval, para a qual procurámos adensar os exemplos conhecidos, foi bem entendido já salientada por diversas vezes pelos especialistas<sup>74</sup>. Assim, para proceder a uma exame sobre esta questão, é preciso ter presente, antes de mais, que a análise das representações heráldicas conhecidas para as elites camarária de Lisboa entre os séculos XIII e XV confirmam que estas últimas não viam na sua ligação com a cidade o elemento essencial da sua promoção simbólica. Com efeito, é surpreendente que estas oligarquias tenham valorizado tão pouco essa ligação, quando comparada com as suas congéneres italianas e do norte da Europa. Na verdade, nestes últimos espaços são suficientemente conhecidos o património edificado e as crónicas urbanas que se conservam com o objectivo de valorizar a acção colectiva e individual dos membros das respectivas oligarquias<sup>75</sup>. É certo que se torna possível argumentar, em sentido inverso, que a obra de Fernão Lopes pode ser lida segundo essa chave de leitura. No entanto, a voz da nova nobreza joanina que aí é ouvida, correspondente em grande medida às famílias olisiponenses oriundas do serviço régio a partir dos reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV, justifica-se pelas acções bélicas, diplomáticas ou solidárias junto do rei perpetradas por tais grupos e não pela sua intervenção enquanto membros de uma oligarquia camarária. Nessa perspectiva, as evidências agora em estudo confirmam o argumento, uma vez que não parece existir qualquer ligação com a representação simbólica que melhor representa a cidade – a iconografia vicentina.

Com efeito, é estranho para o período em estudo que nunca surjam na heráldica oligárquica de Lisboa alusões explícitas ou veladas ao padroeiro da própria cidade. Ora, encontra-se perfeitamente estabelecido que esta iconografia vicentina representava a cidade de Lisboa. Todo o programa vicentino da barca, do ataúde do santo e dos corvos – ou mesmo da palma como parece sugerir o excepcional selo conservado no fundo do Mosteiro de Chelas na Torre do Tombo<sup>76</sup> – tem lugar

<sup>73</sup> FREIRE, A., *Armario Portuguesa*, p. 392.

<sup>74</sup> Um elenco destas referências encontra-se em SEIXAS, M. e GALVÃO-TELLES, J., «Em redor das armas dos Ataídes...», pp. 54-60.

<sup>75</sup> FARELO, M., *A oligarquia camarária...*, pp. 17-18.

<sup>76</sup> Este selo datado de 1346 encontra-se em ANTT, *Mosteiro de Chelas*, m.12, nº 145. O programa iconográfico que o mesmo fornece tem sido interpretado como a entronização das relíquias de S. Vicente na Sé. Mais recentemente, Carla Varela Fernandes propôs que se trata de uma cerimónia de agradecimento a S. Vicente como

de destaque na iconografia identitária projectada na sigilografia da Sé e do Cabido catedralício, do mosteiro de S. Vicente de Fora e da própria Câmara municipal<sup>77</sup>. Para além disso, não é o próprio santo que dá o nome ao pendão da cidade que João Vasques de Almada, um dos «bons» da cidade, hasteia numa das torres do castelo de Ceuta em 1415<sup>78</sup>? Este facto é tanto mais surpreendente quanto sabemos da existência de uma relação ou, pelo menos, de uma correspondência entre uma emblemática heráldica e um espaço preciso. Esta é avançada, por exemplo, para explicar a existência de um determinado elemento heráldico, à semelhança das vieiras que os especialistas ligam à rota portuguesa do caminho de Santiago<sup>79</sup>. Por outro lado, não ignoramos a possibilidade da heráldica pessoal se encontrar especificamente ligada às representações autárquicas, tornadas visíveis na sigilografia<sup>80</sup>, na onomástica<sup>81</sup> e na própria armaria<sup>82</sup>.

Toda esta falta de identificação das armas dos oligarcas com símbolos da cidade, na medida em que ela é possível de ser apreendida nos dias de hoje com as fontes disponíveis, indicia a existência de valores identitários mais fortes. É certamente nestes últimos que deveremos procurar a explicação para a grande representatividade da *banda* que os especialistas observam na heráldica de famílias oriundas ou que se estabeleceram no espaço olisiponense a partir do século XIII. Não deixando de salvaguardar a hipótese desta preferência pela banda constituir uma moda<sup>83</sup>, a tese de António de Castro Henriques e Tiago de Sousa Mendes aponta

santo protector. TÁVORA, L., *O Estudo da Sigilografia...*, p. 276-278; FERNANDES, Carla Varela, «D. Afonso IV e a Sé de Lisboa. A escolha de um lugar de memória», *Arqueologia & História*, 58-59 (2006-2007), pp. 152-162. Para o nosso caso, qualquer um dos programas interpretativos apresentados não deixam de insistir na ligação com o mártir vicentino.

<sup>77</sup> Sobre esta temática, veja-se TÁVORA, L., *O Estudo da Sigilografia...*; ROSAS, Lúcia, «Selo do Concelho de Lisboa» in *Nos confins da Idade Média. Arte portuguesa séculos XII-XV*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1992, p. 196;

<sup>78</sup> MATOS, Jorge de, «A bandeira municipal de Lisboa: introdução à vexilologia autárquica olisiponense», *Tabardo*, 3 (2006), pp. 94.

<sup>79</sup> NORTON, M., *A heráldica em Portugal...*, vol. I, pp. 103-104.

<sup>80</sup> O selo de Rodrigo Fernandes, alcaide de Azambuja, acima referido, consiste num azambujeiro que forma igualmente o elemento heráldico mais importante do selo concelhio. ANTT, *Mosteiro de Alcobaça*, 1ª inc., Documentos Particulares, m. 12, n. 11 e *Livro 3º dos Dourados*, fl. 167v-168.

<sup>81</sup> Por exemplo, Gil Lourenço de Miranda, irmão de Gonçalo Lourenço, escrivão da puridade de D. João I, adopta esse apelido depois de ter sido alcaide dessa vila. Este rastreia-se na documentação da sua capela conservada no Museu Nacional de Arqueologia com o referido cargo entre 1424 e 1435, sendo pelo menos desde 1429 que ele surge intitulado como Gil Lourenço de Miranda. Museu Nacional de Arqueologia, *Ms/P/GUIM*, cx. 7, nº 272, 281 e 286.

<sup>82</sup> O marquês de Abrantes coloca como hipótese que o selo heráldico do arcediogo de Penela, de nome Vicente, tenha sido inspirado das armas do município desse mesmo nome. TÁVORA, L., *O Estudo da Sigilografia...*, p. 208.

<sup>83</sup> Michel Pastoureau chama a atenção para a importância da moda nas escolhas que se fazem dos atributos heráldicos (PASTOUREAU, Michel, *Les armoiries*, Turnhout, Brepols, 1976, p. 28). Seja como for, este seria o elemento heráldico mais comum no século XIV, segundo Manuel Norton, num período em que outros atributos



para uma hipótese plausível de trabalho. Segundo estes autores, o emprego da *banda* remete para a associação com os adornos dos equipamentos militares – flâmulas, por exemplo – das elites marciais de Lisboa<sup>84</sup>. A virtualidade desta tese prende-se com a associação do emprego do elemento heráldico *banda* à identificação sociológica e funcional dos seus titulares. Na verdade, os oligarcas municipais lisiponenses do período tardo-medieval, fossem eles fidalgos ou cidadãos, acabavam por comungar de valores comuns ligados à honra e às virtudes cavaleirescas. Eram estes últimos que se representavam com adornos de ouro e prata (conotando-se desse forma com o viver aristocrático), eram eles que participavam nas festas, torneios e tavaoados organizados na cidade por ocasião da presença do rei em Lisboa ou das bodas de um dos «bons» da cidade. O rico mercador, o abastado comerciante ou o eminente letrado consubstanciavam-se assim na figura do cavaleiro. Existe, portanto, uma associação da oligarquia à guerra, à valorização dos feitos heróicos. Aliás, a memorização da presença em acontecimentos bélicos importantes é um traço mental importante na projecção societária desses grupos, atestada que está a existência de uma *praxis* em consignar por escrito tais façanhas, de modo a assegurar a concessão de mercês régias<sup>85</sup>. Contudo, a parcimónia documental não permite avaliar com o devido valor este referencial mental para o caso das elites lisiponenses. Ainda assim, a lembrança da participação da Tomada da cidade em 1147 pode ter constituído um elemento promocional eficaz<sup>86</sup>, da mesma forma que, posteriormente, já no período

---

como os esquartelados não tinham feito ainda a sua aparição em força. NORTON, M., *A heráldica em Portugal...*, vol. I, pp. 103 e SEIXAS, M., «Contributo para o estudo...», p. 38.

<sup>84</sup> O desenvolvimento do argumento permitiria pensar na ligação da referida identificação com a presença na hoste municipal. Algo que seria perfeitamente lógico, desde logo porque as primeiras referências sobre a bandeira municipal têm lugar precisamente na documentação que engloba em 1384 as vilas de Torres Vedras, Alenquer e Sintra (e respectivos termos) no termo da própria cidade contra a obrigação da integração dos seus moradores na hoste municipal e consequente defesa do referido pendão municipal (Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico, *Chancelaria Régia. Livro I de D. João I*, nº 8, 9, 10; *Livro dos Pregos*, nº 139, 140, 141; ANTT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 2, fl. 22-23. Sobre este assunto, veja-se DIAS, Jaime Lopes, *Brasão de armas, Selo e bandeira da Cidade e Município de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1960; MATOS, J., «A bandeira municipal de Lisboa...», 94-95 e, com alargamento do tema, em SEIXAS, Miguel Metelo, «As armas da vila de Almeida», *Beira Alta*, 2001, pp. 481-566.

<sup>85</sup> ROSA, Maria de Lurdes, *O Morgadio em Portugal, séculos XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 197. Esta certificação pelo escrito encontra-se, por exemplo, na *Crónica de D. Afonso IV* ou na chancelaria de D. Afonso V. Referimo-nos assim às cartas que ilustram as façanhas de Gonçalo Rodrigues Ribeiro em torneios castelhanos em 1334 e o longo memorial contido numa carta passada em favor de Ivão Soares, escudeiro e vassalo de D. Afonso V, que apresentou a este último cartas e escrituras de D. Afonso IV, D. Fernando e D. João I para provar os «muitos e assinados» serviços que seus avós paternos e maternos fizeram à Coroa. LIMA, João Paulo de Abreu e, «Ensaio de um método para o estudo da heráldica medieval portuguesa. Dois túmulos armoriados da cidade de Beja e outro da Sé Patriarcal de Lisboa dos séculos XIII e XIV», *Tabardo*, 3 (2006), pp. 204-208 e FARELO, M., *A oligarquia camarária...*, p. 18.

<sup>86</sup> Essas menções constam da súplica apostólica enviadas em 1368 pelo futuro deão lisiponense Domingos Peres da Lourinhã, documento que demonstra a operacionalidade do argumento. COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. III/1, Roma-Braga, Editorial Franciscana, 1981, p. 161, notas

moderno, a cronística ou os epitáfios ajudaram a sedimentar as batalhas medievais como elemento fundacional de diversas linhagens, à semelhança de Ourique para os Valentes<sup>87</sup>.

A *banda*, enquanto símbolo presente na indumentária dos cavaleiros<sup>88</sup>, remete para o capital simbólico destes *bellatores* que se identificam com a função guerreira e cavaleiresca. Para uma boa ilustração desta realidade, voltemos à representação do mercador Bartolomeu Joanes sepultado na Sé de Lisboa. O seu jacente revela toda essa ambivalência. De um lado, temos a bolsa que representa a pertença ao mundo da mercancia, à realidade da plebe ainda que financeiramente privilegiada. Do outro, a espada que jaz a seu lado e que traduz a assunção dos valores marciais da cavalaria. Na economia deste programa de afirmação simbólica, o seu escudo de banda e flores-de-lis constitui uma pedra de toque. Ele mostra que Bartolomeu Joanes não é tanto o rico mercador que estabelece uma magnificente capela na igreja mais importante de Lisboa, mas sim aquele que deseja ser perpetuado enquanto «guerreiro» que luta pelas virtudes clamadas pela religião cristã<sup>89</sup>.

Neste particular, haveria que salientar a projecção que a flor-de-lis teve na heráldica medieval das oligarquias lisiponenses (e não só). Sendo o símbolo heráldico mais empregue em Portugal nos séculos XII e XIII<sup>90</sup>, a sua conotação com a devoção mariana assenta bem com os ideais destes oligarcas<sup>91</sup>. Ver nesta profusão flordeliseda uma mera influência estrangeira será certamente abusivo, ainda que haja a real possibilidade de tal acontecer em alguns casos específicos, como o de Pedro Cavaleiro, um clérigo francês que permaneceu em Lisboa durante a segunda metade do século XIV em Lisboa<sup>92</sup>.

136-137; vol II, p. XCIX-C, notas 166-167 e SÁ, Artur Moreira de, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. I, Lisboa, Instituto da Alta Cultura, 1966, p. 271. Sobre a biografia deste eclesiástico, veja-se FARELO, M., *O Cabido da Sé...*, vol. II, pp. 25-30.

<sup>87</sup> Concretamente, veja-se as referências de Duarte Nunes de Leão na *Primeira Parte das Crónicas dos Reis de Portugal* e a inscrição sobre Vicente Afonso Valente na igreja de S. Jorge de Lisboa. LEÃO, Duarte Nunes de, *Primeira parte das chronicas dos reis de Portvgal*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1600, fl. 34; SOUSA, José Maria Cordeiro de, «Uma referência a Ourique numa inscrição do século XVI», *Colectânea Olisiponense*, 2ª edição, vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1982, pp. 97-98.

<sup>88</sup> Representa a correia colocada a tiracolo que segura a espada. BERNABÉ Y MARTÍN DE EUGENIO, L., *Análisis de las características...*, pp. 24, 73.

<sup>89</sup> Sobre a sua heráldica, veja-se TÁVORA, Luiz Gonzaga de Lencastre (Marquês de Abrantes e de Fontes), «A heráldica medieval na Sé de Lisboa», *Boletim cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, 3ª série, vol. 88, 1 (1982), pp. 5-8 (da *separata*, Lisboa, Ramos, Afonso & Moita, Lda., s.d.).

<sup>90</sup> NORTON, M., *A heráldica em Portugal...*, vol. I, p. 103.

<sup>91</sup> TÁVORA, L., *O Estudo da Sigilografia...*, p. 99.

<sup>92</sup> Este logrou uma carreira de sucesso no Cabido da Sé de Lisboa, antes de aceder ao bispado de Silves no final do reinado fernandino. Para além destas inserções, ele foi durante a década de 1370 o colector apostólico nos reinos de Portugal e do Algarve. Sobre o seu percurso, veja-se FARELO, M., *O Cabido da Sé...*, vol. II, pp. 108-115. As flores-de-lis que as suas armas contém podem representar essa ligação «francesa», embora mitigada com a

Bandas e flor-de-lis tornam-se indicadores de um *status* e de uma atitude pessoal e grupal, cuja projecção ganha incremento com a utilização que estas oligarquias urbanas fazem da armaria. Bem entendido, esta última não pode ser explicada à luz de um mimetismo com a classe nobiliárquica que dela faz uso desde os alvares do século XII. Na realidade, a ostentação de armas fazia parte de um largo arsenal simbólico destinado a situar o indivíduo da sociedade que o envolve. Desde logo na identificação do seu lugar no grupo familiar de origem ou de acolhimento, declinando-se a mesma na transmissão hereditária dos «sinais» e nas quebras e diferenças das armas primitiva como forma de distinguir os diversos ramos familiares<sup>93</sup>. Essa adequação heráldica a mobilidades sociológicas grupais torna-se especialmente útil para detectar afinidades genealógicas e redes de aliança, as quais encontram-se na base das já referidas «famílias de armas»<sup>94</sup> ou «groupes d'armoiries» como lhe chama Michel Pastoureaux<sup>95</sup>. As referidas semelhanças heráldicas tornam-se um elemento importante na identificação de grupos, a qual poderá muito bem encontrar cabimento na explicação da preeminência olisiponense deste elemento heráldico. Assim terá acontecido, pelo menos, com a *banda* representada na tumulária do célebre mercador Bartolomeu Joanes e dos seus companheiros<sup>96</sup>, assim como na *banda* que adopta Lourenço Peres e o seu primo Miguel Vivas<sup>97</sup>.

### As armas falantes

Os exemplos recenseados mostram igualmente a existência de associações a elementos «falantes». Este tipo de heráldica revela-se com bastante precocidade no Concelho com os *rebolos* que servem de mote à heráldica identificativa do alvazil Vasco Martins Rebolo, em finais do século XIII<sup>98</sup>. A adopção na centúria seguinte de representações heráldicas dessa índole, por família tão influentes no Concelho

---

figuração das armas de Portugal que ostenta o seu selo. O Marquês de Abrantes releva essa característica e, sem a conseguir explicar, nota que outros prelados usaram nas suas composições heráldicas as armas de Portugal como o bispo estrangeiro Tibúrcio ou o arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira. TÁVORA, L., *O Estudo da Sigilografia...*, p. 287.

<sup>93</sup> BOVE, Boris, *Dominer la ville : prévôts des marchands et échevins parisiens de 1260 à 1350*, Paris, CTHS, 2004, p. 361-362. A esse efeito, as armas de clérigos são sintomáticos dessa ambivalência: dominadas por temática religiosa, muitas delas dispõem de escudos a lembrar as origens familiares dos seus detentores.

<sup>94</sup> SEIXAS, M. e GALVÃO-TELLES, J., «Em redor das armas dos Ataídes...».

<sup>95</sup> PASTOUREAU, Michel, *Les armoiries*, pp. 28, 67.

<sup>96</sup> TÁVORA, L., «A heráldica medieval na Sé de Lisboa», pp. 11-14.

<sup>97</sup> Veja-se acima.

<sup>98</sup> A sua heráldica consta de um marco encontrado junto a Alfragide e reproduzido em HORMIGO, José J. Mendes, *Testamento de Vasco Martins Rebolo, Senhor do casal da Falagueira (Amadora), Cavaleiro del Rei D. Afonso III, Ano de 1299*, Amadora, Edições Património, 1983, p.12. As armas da família fixadas nos nobiliários conservam esse elemento falante: *De vermelho, três rebolos de oiro, vazados em redondo do campo*. FREIRE, A., *Armaria Portuguesa*, p. 421.

quanto os Palhavãs e os Alvernazes, revelam que o carácter «falante» de uma tal heráldica não pode considerada de forma nenhuma como depreciativa. Procurava-se com a sua escolha, muito provavelmente, uma crescente individualização do grupo e fornecer a necessária visibilidade iconográfica à ligação entre o apelido pelo qual o grupo familiar era conhecido e a nova projecção funcional assumida na instituição e na sociedade urbana<sup>99</sup>. Na verdade, esta relação não deixava também de consolidar a perpetuação da memória familiar, agindo sobretudo contra uma eventual extinção biológica da linhagem<sup>100</sup>. Reconhece-se este facto, por exemplo, na obrigatoriedade da sua utilização muitas vezes lembrada pelos instituidores dos morgadios para aqueles que iriam posteriormente assegurar a administração das suas fundações<sup>101</sup>. A heráldica cumpre igualmente essas funções, como atestam os «sinais» apostos em diversas capelas funerárias ainda hoje existentes no nosso país...

Nessa perspectiva, o carácter «falante» das armas tenderá a manter toda a sua operacionalidade, sobretudo face as origens obscuras e à necessidade de afirmação simbólica dos novos grupos familiares que fazem a sua entrada nas instituições de poder da urbe nos finais da Idade Média. Importará referir que, doravante, as armas falantes destas famílias já não serão «completas», como aquelas escolhidas pelos Rebolos, Palhavãs, Alvernazes ou mesmo pelos Fogaças<sup>102</sup>, mas serão conjugadas com elementos heráldicos tradicionais. Neste particular, a associação com a tradicional *banda* revela-se particularmente significativa. Os Sardinhas adoptam uma *banda* que se torna ondulada para representar um curso de água, a qual será carregada *de cinco sardinhas de sua cor postas no sentido da banda*<sup>103</sup>. Os Caldeiras farão acompanhar a sua *banda de prata* com duas flores-de-lis e com *três caldeiras de negro postas no sentido da banda*<sup>104</sup>.

Esta associação poderá muito bem consagrar o mesmo processo de afirmação observado anteriormente, no qual o elemento falante simboliza o momento presente e a individualização do grupo. Com a *banda*, o grupo familiar memoriza

<sup>99</sup> SÁNCHEZ SAUS, Rafael, «De armerías, apellidos y estructuras de linaje», *En la España medieval*, 17 (1994), p. 14.

<sup>100</sup> BOVE, Boris, «Un cas d'ascension sociale à la fin du XIV<sup>e</sup> siècle: Audoin Chauveron, prévôt de Paris», *Revue historique*, 597 (1996), p. 61.

<sup>101</sup> ROSA, M., *O Morgadio em Portugal*, p. 42.

<sup>102</sup> Embora as armas da família tenham sido fixadas através de um *franchado de vermelho e de oiro; no vermelho, três palas de oiro; no oiro, uma fogaça de sua cor* (FREIRE, A., *Armária Portuguesa*, p. 200), um selo de Lourenço Eanes Fogaça, antigo oficial camarário e grande privado de D. João I, datado de 1386, atesta uma *banda* e *contrabanda* formando uma *aspa ladeada* do que o Marquês de Abrantes apelida de duas *muletas*, mas que o mesmo considera poderem ser *fogaças*. TÁVORA, L., *O Estudo da Sigilografia...*, pp. 130-131.

<sup>103</sup> FREIRE, A., *Armária Portuguesa*, p. 460.

<sup>104</sup> *Ib.*, p. 100.

o passado. Num período em que a preeminência destas famílias assenta na sua projecção administrativa e cultural, a adopção deste símbolo heráldico remete para «o bom velho tempo» das famílias oligárquicas que se desenvolveram no período da Reconquista quando o cavaleiro beneficiava de toda a sua preeminência marcial.

Com todas as limitações documentais e iconográficas anteriormente evidenciadas, é difícil responder pela positiva sobre a existência de uma heráldica específica para a oligarquia camarária de Lisboa no período tardo-medieval. A justificação para a escolha de uma heráldica mais pessoal, muitas das vezes de carácter falante, ou mais colectiva, das quais a banda pode constituir um exemplo probante, permanece muitas das vezes um mistério dada a falta de referenciais sobre a história familiar, sobre as peripécias e as acções individuais e colectivas valorizadas pelo grupo. Face a esta dificuldade interpretativa, será certamente mais verosímil, produtivo e cauteloso, ainda que menos inovador, propor para o caso em apreço a existência de uma heráldica própria às elites urbanas que procuram consagrar através desta via uma preeminência que é simultaneamente de ordem económica, social e simbólica. Deixemos ao cuidado dos especialistas a clarificação específica das diversas evidências heráldicas existentes e a elaboração de modelos interpretativos dos elementos aqui sumariamente esboçados.